



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682510 - AL (2021/0233422-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : MARIA CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIA CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Agravado em Execução n. 0500830-77.2020.8.02.0000).

A paciente foi condenada à pena de 11 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos de tráfico de drogas e posse irregular de arma de fogo.

A impetrante sustenta que a acusada é mãe de criança menor de 12 anos de idade e que corre sério risco de contaminação pela COVID-19, razão pela qual faria jus à antecipação da progressão de regime ou à colocação em prisão domiciliar humanitária.

Afirma que a paciente se enquadraria em uma das hipóteses previstas na Recomendação n. 62 do CNJ, ressaltando que a recomendação possui força de norma jurídica e deveria se aplicada de forma cogente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a paciente passe antecipadamente para o regime semiaberto ou seja colocada em prisão domiciliar humanitária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, depreende-se que foram declinados os fundamentos para a denegação do pedido de progressão de regime ou de concessão de prisão domiciliar, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 71/74):

"Não merece acolhida o pleito defensivo.

Decerto, o art. 117 da Lei de Execuções Penais permite a concessão de prisão domiciliar ao reeducando, nos seguintes termos:

[...]

Sucede, entretanto, que, não obstante as alegações da Defesa, não consta dos autos qualquer documento que tenha o efeito de comprovar a condição, por parte da agravante, de mãe de filho menor de idade.

[...]

In casu, não tendo a recorrente juntado qualquer

documentação tendente a demonstrar a fragilidade de seu estado de saúde, não há comprovação efetiva de que esta está inserida no grupo de risco ao contágio pelo Covid-19, não merecendo ser acolhido o pleito da Defesa. Além disso, não se fez juntada de qualquer prova voltada a demonstrar a impossibilidade de a agravante receber os cuidados de saúde que lhe são devidos pela equipe médica do próprio estabelecimento prisional."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência